

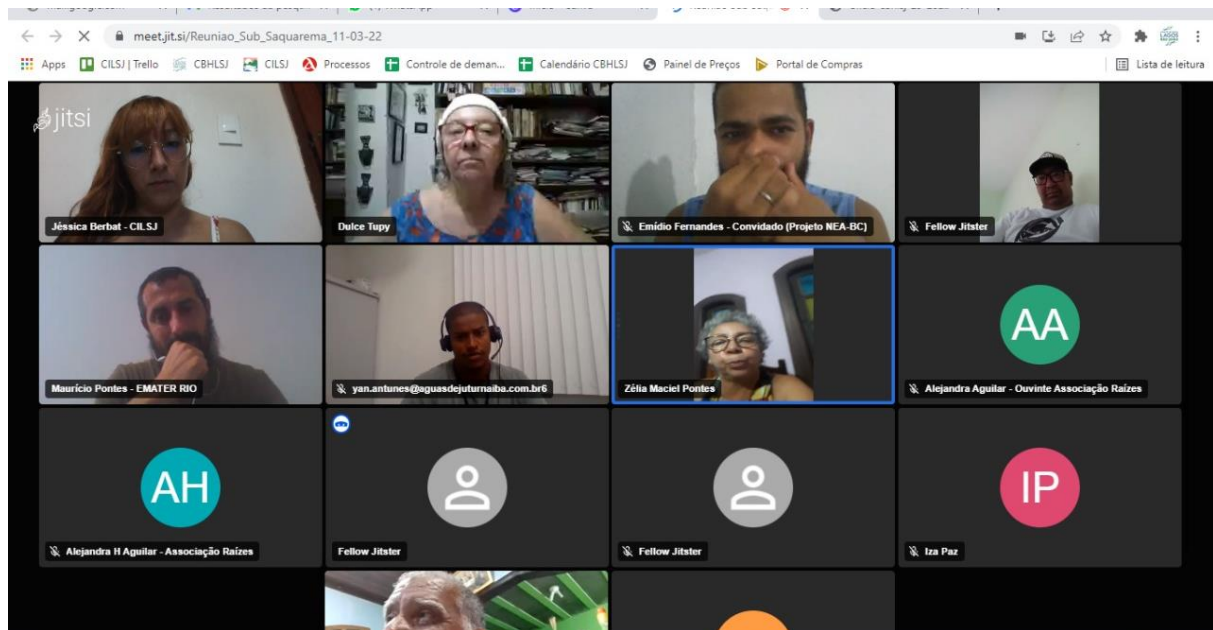
SINOPSE DE REUNIÃO

“Reunião do Subcomitê Lagoa de Saquarema”	
Documentos convocatórios: Ofício CBHLSJ n.º 29/2022, de 11 de março de 2022	
Data: 11/03/2022 Hora: 17h	Local: Videoconferência (plataforma <i>JitsiMeet</i>)
Presentes: Membros: Edna Calheiros (AMEAS); Yan Antunes (CAJ); Nelson Ferreira (ITOGRASS); Zélia Maciel (Ass. Raízes); Vinicius Carvalho (Ass. Raízes); Michele Maria (AMEAS); Maurício Pontes (EMATER); Dulce Tupy (Colônia z24 – Saquarema). Convidados: Alejandra Aguilar (Ass. Raízes); Emídio Fernandes (Ass. Raízes); Iza Paz (COMMADS); Fernanda Cruz (ITOGRASS); Luiz Lopes (Museu Conhecimentos Gerais – Jaconé); Matheus (Colônia); Jéssica Berbat (CILSJ); Samara Miranda (CILSJ).	
Pauta: 1) Paralisação pelo MP da obra da Barra Franca.	
Resumo: A Diretora do Subcomitê Lagoa de Saquarema, Sra. Edna Calheiros, agradeceu a presença de todos, via <i>chat</i> , e informou estar tendo dificuldades técnicas na presente reunião. Sendo assim, pediu para que a Sra. Zélia Maciel apresentasse aos presentes a problemática que motivou a presente reunião. A Sra. Zélia Maciel informou aos presentes que a Sra. Edna Calheiros pediu que fosse abordada a determinação de paralisação das obras de desobstrução do Canal Hidráulico da Barra Franca de Saquarema, visando que a sociedade civil organizada decidisse sua posição perante a situação e iniciasse uma movimentação para obtenção de mais informações, como o prazo dessa paralisação e, caso assim desejasse, para solicitação de retomada das obras. Comentou que a paralisação da obra seria mais prejudicial do que a obra em si, principalmente para os pescadores da região. O Sr. Matheus, da Colônia de Pescadores, corroborou que a paralisação desta obra ocasionaria diversos problemas, como o assoreamento, e que a obra, além dos benefícios ambientais, também melhoraria a navegabilidade na Lagoa. Destacou que esta tratava-se de uma obra emergencial, não cabendo a realização de Estudo de Impactos Ambientais – EIA/RIMA à situação. A Sra. Dulce Tupy questionou qual o conteúdo tratado na reunião da Sra. Edna Calheiros com o INEA, ocorrida no dia 11/03/2022. Corroborou com a fala o Sr. Matheus, de que seria prejudicial a paralisação da obra do Projeto de Barra Franca. Pontuou a importância de realizar uma reunião com os pescadores da reunião, devido a experiência deste com o copo hídrico em questão. Destacou a urgência dessa obra ser retomada e se disponibilizou a apoiar no que fosse necessário. A Sra. Alejandra Aguilar informou que o NEA-BC tem tentado obter informações sobre a questão. Colocou que a Sra. Edna Calheiros deseja conhecer os prós e contras da obra da Barra Franca, pois as informações estão confusas sobre a motivação da paralisação da obra. Concordou que a solução a longo prazo das problemáticas da reunião seria, de fato, a obra citada. Pontuou ser indispensável a obtenção de mais informações para embasar quaisquer posicionamentos. O Sr. Matheus, da Colônia, comentou que o impacto ambiental na região vem de longa data e que a obra não afetará mais do que já está, pois se trata de uma obra emergencial. O Sr. Vinicius Mendes explicou ter entrado e contato com o movimento SOS Barra	

Franca e que, em conjunto com a Secretária de Meio Ambiente de Saquarema, tem articulado com o MPERJ e que foram informados que a obra está paralisada sem previsão de retorno. Apresentou o histórico dessa obra, comentando que anteriormente a obra havia sido embargada devido a questão da areia da praia. A Sra. Edna Calheiros explicou que a reunião com o INEA, questionada pela Sra. Dulce, tinha como objetivo discutir sobre o Canal Salgado e o Projeto Gênero e Água, e acabaram por também abordar a Audiência Pública sobre os Sistemas Lagunares de Saquarema e a obra de Barra Franca. Falou que o Ministério Público recebeu denúncias sobre a obra e concedeu uma liminar paralisando a obra, mas que ainda não se trava de uma decisão final. Pontuou que a paralisação parece ser por temeridade, tendo em vista que a obra possui duração de seis meses, com escopo e ações bem definidas (desassoreamento de manutenção da entrada da Lagoa de Saquarema e a retirada das pedras que se desprenderam do molhe), com caráter emergencial. Destacou que a paralisação da obra é mais problemática do que o prosseguimento da mesma, considerando que o projeto já foi licitado, a empresa contratada e a obra iniciada. Em relação a areia escura, explanou que foi informada que não havia contaminação por esgoto nesta areia, que ela naturalmente clarearia com o tempo, sem afetar o meio ambiente, que a problemática foi o impacto visual e a falta de informação da população. Informou que essa areia estava em análise e que informaria os resultados assim que os obtivesse. Colocou que a presente reunião tinha como objetivo de dar ciência dessa situação aos membros do Subcomitê para embasar uma tomada de decisão de qual seria a posição da instância e dar início a um planejamento das ações. A Sra. Dulce Tupy comentou que em outras obras já havia acontecido a disposição dessa areia escura em praias e terrenos, e que elas realmente clarearam com o tempo. Comentou que já haviam sido feitas diversas engordas de praias em Saquarema e em outros municípios da RH VI, sem que houvesse todos essa problematização. A Sra. Iza Paz comentou sobre a fala da Sra. Dulce, elucidando que o projeto de engorda das praias foi há mais de 10 anos, quando não havia tanta descarga de efluentes envolvidos, e que, no caso atual, uma doutora com pós doutorando, da área de engenharia ambiental, questionou se havia EIA/RIMA para realização da obra e, considerando essa questão, o MP optou pela paralisação. A Sra. Dulce Tupy questionou a problemática de se retirar a areia de um ponto para outro e solicitou que a Sra. Adriana Saad fosse consultada, como bióloga e especialista na região, sobre sua posição sobre a engorda de praia em Saquarema. A Sra. Edna Calheiros salientou a importância de diálogo do CBHLSJ com os demais envolvidos e que a elaboração de um EIA/RIMA demoraria mais tempo do que a realização da obra em si, principalmente considerando que a obra é emergencial. A Sra. Dulce Tupy indicou que fossem ao MP para ver o processo, verificando quem foi o responsável pelos questionamentos que levaram a paralisação, para entrevista-la e conhecer seu ponto de vista. Além disso, indicou que a Sra. Adriana Saad, secretária executiva do CILSJ, fosse consultada sobre como foi o descarte de areia em obras anteriores. A Sra. Iza Paz colocou que ninguém é contra a obra, mas querem exigir que os procedimentos corretos sejam seguidos. O Sr. Matheus explanou que foi informado pela empresa que os mesmos aguardarão até 15 dias e que, caso a obra não fosse retomada nesse período, a empresa iria retirar seus equipamentos do local. Complementou que, com a retiradas das máquinas, o caráter emergencial seria perdido. A Sra. Edna Calheiros solicitou que o jurídico do CILSJ fosse consultado, solicitando acesso aos autos do processo, para verificação das questões relativas a paralisação dessa obra, bem como uma consulta ao setor técnico visando obter subsídios para essa discussão. Complementou a fala da Sra. Dulce, comentando que a engorda da praia de Iguaba Grande também foi feita areia escura. A Sra. Dulce Tupy informou que entraria em contato com o Sr. André Moreira, oceanógrafo *expert* na Lagoa de Saquarema, para consulta-lo sobre a situação. A Sra. Fernanda Souza observou que nenhuma decisão do Ministério Público era com base no “achismo”, que mesmo o promotor não sendo na área, a equipe do Ministério Público possuía especialistas que embasavam as decisões. Esclareceu que a liberação da obra emergencial foi condicionada a não se mexer no

molhe da Barra Franca, que essa questão estava ajuizada, porém o acordo foi descumprido, o que pode ter levado à paralisação. Expressou que a Prefeitura solicitou dois anos para elaboração de um novo EIA/RIMA e verificação de qual a maneira que seria retomada a obra de Barra Franca. A Sra. Edna Calheiros esclareceu que o projeto não visava mexer no molhe, mas apenas a retiradas das pedras que se soltaram, e que acreditava que a paralisação foi devido ao questionamento sobre o EIA/RIMA que, devido a obra ser emergencial, esse documento não era necessário. A Sra. Dulce Tupy, com apoio da Sra. Edna Calheiros, destacou que a situação exige uma rápida ação, para, caso optem por retomar a obra, não seja perdido muito tempo com a paralisação. A Sra. Jéssica Berbat resumiu, então, as demandas da reunião: solicitação de um posicionamento técnico à Sra. Adriana Saad sobre a situação da obra de Barra Franca e engorda de praias; e uma consulta ao jurídico para acesso aos autos do processo de paralisação das obras. Os membros presentes confirmaram as demandas listadas. A Sra. Edna Calheiros se comprometeu em encaminhar ao CILSJ o número do Processo a ser consultado. Não havendo mais assuntos a serem tratados, a Sra. Edna Calheiros agradeceu a participação de todos e finalizou a reunião.

Registro Fotográfico:



Relator: Jéssica Berbat

Data da elaboração: 15/03/2022

Data da aprovação: 23/03/2023



EDNA FERREIRA CALHEIROS SARAIVA
Diretora do Subcomitê Lagoa de Saquarema
CBHLSJ